

**Jornalismo e responsabilidade social:
redimensionamentos entre direitos humanos, informação e verdade**

*Journalism and social responsibility:
resizing human rights, information and truth*

Aletheya Rhayssa Alves SILVA¹
Gabriel Bittar DOMINGUES²
Heitor Romero MARQUES³
Oswaldo Ribeiro da SILVA⁴

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir as problemáticas proporcionadas pelo conceito tradicional de verdade, compreendido como único e excludente, gerado pelo contexto social. Percebeu-se que, ao aceitar o discurso da história constituída por fatos ‘verdadeiros’, incorre-se em uma marginalização dos indivíduos e uma descontextualização do próprio jornalismo em sua teoria. Tal ação faz permanecer a não existência da alteridade e a desconexão da informação à responsabilidade social. Para escrever este artigo foi utilizada a revisão bibliográfica envolvendo livros e artigos publicados em periódicos pertinentes à discussão. O trabalho se justifica por trazer uma discussão contemporânea e propor um desvio dos questionamentos centrais, possibilitando uma aproximação entre a desconstrução de conceitos e o relacionamento gerado entre sociedade e meios de comunicação.

Palavras-chave: Verdade. Comunicação. Direitos Humanos.

Abstract

This article aims to discuss the issues that arise from the unilateral sense provided by the truth understood as unique and excluding generated by the informational context. It was perceived that in accepting the journalistic discourse of history constituted by ‘true facts’ is generated a marginalization of the individuals and a decontextualization of the

¹ Graduanda do Curso de Jornalismo pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Pesquisadora bolsista PIBIC/CNPq em Direitos Humanos e Comunicação. E-mail: aletheyaralves@gmail.com

² Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: gabrielbittardomingues@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Local e Planejamento Territorial pela Universidade Complutense de Madrid (UCM- Madri). E-mail: heiroma@ucdb.br

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista PNPd (Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPEs-UFMS-2017-2019) em Comunicação. E-mail: oswaldoribeiro@globo.com

own journalism. Such action makes the non-existence of alterity and the disconnection of information to social responsibility theoretically generated by the Universal Declaration of Human Rights remain. To write this article was used the method of bibliographic revision involving books and articles published in periodicals pertinent to the discussion. The work is justified by bringing a contemporary discussion and proposing a deviation from the central questions about the benefits and harms of new technologies, thus enabling an approximation between the deconstruction of concepts and the relationship generated between society and the media.

Keywords: Truth. Communication. Human Rights.

Introdução

Repetições dentro de sistemas fechados podem fazer parecer que um mundo estruturado e bem definido seria mais fácil de estabelecer relacionamentos sem problemáticas: uma verdade bem estruturada não é possível de ser contestada e apenas pode ser vista como um fato – que é a ‘essência’ da realidade. Tratar e explorar a sociedade com um olhar superficial e excludente pode ser uma das opções para o jornalismo proporcionar um sistema informacional, entretanto é necessário deixar óbvio para que a sociedade compreenda que já não mais se trata de um contexto ético, mas extremamente raso e desconexo das realidades excluídas por ele, por quem o aceita e o compartilha.

Por meio do contexto informacional os meios de comunicação compartilham valores e modos de visão sobre a sociedade, replicam lógicas ultrapassadas e, com lemas supostamente éticos, aplicam seu pacto de exclusão para/com os cidadãos imaginariamente passivos. Em tal contexto se faz necessário repensar o modo de visão sobre o relacionamento existente entre sociedade, jornalismo e verdade. Sabe-se que é por meio das informações compartilhadas que visões de mundo são construídas e o pacto de confiabilidade entre cidadãos e jornalistas provém de conceitos muitas vezes ilusórios como o da existência de uma ‘verdade’. Contestar tais conceitos e reinterpretar o modo reflexivo sobre as realidades é o objetivo do presente artigo.

Ao utilizar da metodologia de revisão bibliográfica enfocando livros, artigos e especificamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é possível verificar como questionar a problemática da verdade para o jornalismo se torna uma atitude necessária no contexto de modificações constantes provocadas pelas novas tecnologias.

Para desenvolver um pensamento minimamente aprofundado, a questão da verdade como violência foi disposta. Assim, trabalha-se aqui sob a declaração de um modo de contextualizar e repensar a discussão proposta. Em seguida, a problemática da comunicação, informação e confiabilidade é apresentada e situada no âmbito de desestruturar o modelo fixo da informação jornalística tradicional. A questão de os Direitos Humanos existirem na prática é questionada com base nos conceitos repensados, provocando uma reflexão necessária e explicativa para situações que estão em constante mudança.

Verdade como violência: do problema do fundamento ao jogo de linguagem

Talvez seja constrangedor enunciar: “verdade”. Constrangedor, *constringere*⁵, porque sufoca, restringe, limita: a verdade funciona ceifando todas as outras possibilidades. É na verdade que desaparece a alteridade. Todo ‘se’ é eliminado pela afirmação verdadeira. É da ordem desse constrangimento, dessa eliminação de hipóteses enfim, a apoteose da verdade. A verdade moderna, cujo ápice é alcançado na forma do hegelianismo, é expressa na dialética da supressão do Outro⁶; isso não ocorre sem uma metafísica. A verdade clássica é alcançada na dialética reta de eliminação do falso em nome do verdadeiro, o que também não ocorre nem tenta ocorrer fora de uma metafísica. O pensamento clássico da verdade, portanto, atua no constrangimento. Como escapar, então, desse constrangimento de quem não quer assumir que joga um jogo? — Como “mostrar à mosca a saída do vidro”, se nunca houve saída e tampouco vidro?

Mata-se hoje em nome da verdade talvez mais do que nunca. 80 bilhões de animais de outras espécies são assassinados e torturados todos os anos (Cf.: MOHR, 2009). Morte industrial. Por trás disso há uma verdade, sempre produtora de um apagamento do Outro, não importando se esse Outro faz parte de uma população vulnerável entendida como humana ou não. “Só se mata em nome de um deus ou de seus sucedâneos: os excessos suscitados pela deusa Razão, pela ideia de nação, de classe ou de raça são parentes da Inquisição ou da Reforma” (CIORAN, 1989, p. 11).

⁵ “Constringo, is, ere [...] 1 ligar estreitamente com, apertar, ligar; 2 acorrentar, reprimir, conter; 3 resumir, restringir” (ALMEIDA, 2012, p.175)

⁶ i.e., na supressão do termo negativo.

Por que será, então, que há essa violência física, essa violência constatável, que ocorre com os corpos das pessoas (de qualquer espécie)?—ela parece, será nossa hipótese, ter a ver com uma violência não necessariamente física/corporal: a violência da verdade de que nos fala Vattimo (2011, p.77).

A interpretação de Vattimo (2011, p.77) sugere que haja uma violência na metafísica no sentido de que está sempre cala o interlocutor. A ‘verdade’ que se impõe como fundamento retira, em um determinado jogo, todas as outras possibilidades a considerar. Sendo assim, faz com que haja um silêncio de opressão, de constrangimento do discurso, calando a pergunta e calando o Outro, como nota a análise de Maia acerca do pensamento de Vattimo:

A Metafísica como pensamento fundamentalista/totalizador que tem por base a concepção do ser como presença, fundamento último e da ‘verdade’ como única, iluminam a reflexão crítica de Vattimo. Ele se associa a Heidegger na sua concepção da Metafísica como essencialmente ‘violenta, como foi dito, pensamento da presença peremptória do ser como fundação que evoca, por exemplo, uma atitude [religiosa] de adoração, inviabilizando ulteriores questionamentos. (MAIA, 2008, p. 182).

Isso é expresso resumidamente em: “Onde o diálogo é a busca por uma única verdade, sempre se gera a direção conflituosa, a luta pela dominação” (VATTIMO, 2011, p. 118)⁷. Essa verdade que domina, que é violenta e que assume até mesmo esse aspecto de adoração, o que nos recorda o supracitado Cioran a apoteose da verdade, i.e., essa verdade com *status* divino que se pode apenas contemplar e jamais contrapor ou à qual não se pode colocar questões, é justificativa do progresso, do bom andamento das ciências e de uma filosofia ‘objetiva’, i.e., que sonha em ser objetiva. O sonho da objetividade é o sonho de poder fazer uma escolha desinteressada, i.e., des-inter-essada: sem relação entre o pesquisador ou o falante e o ‘objeto’ de pesquisa. Pressupor isso é já, claro, pressupor um modelo ocidental dominante de ciência de sujeito/objeto, e só com esse pressuposto é que se pode cogitar e até mesmo propor a não relação entre essas duas supostas instâncias epistemológicas.

⁷ “Where dialogue is the search for a unique truth, it always generates the conflictual drive, the struggle for domination”.

Ninguém jamais diz a verdade, a inteira verdade, e nada além da verdade. Toda declaração carrega uma escolha daquilo que pensamos ser relevante, e essa escolha jamais é desinteressada. Mesmo os cientistas que visam, no laboratório, a deixar de lado preferências privadas, inclinações, e interesses ambicionam a objetividade porque é a maneira de obter resultados que possam se sustentar perante o teste de replicação e então serem usados no futuro. Quem sabe: talvez eles estejam apenas esperando para ganhar o Prêmio Nobel, o que é certamente um interesse privado (VATTIMO, 2011, p. 9)⁸.

Não basta, no entanto, apenas apresentar aqui argumentos que mostrem os problemas da verdade e da violência. É preciso ainda ir à raiz dessa violência e mostrar em que é que ela está ancorada. Nesse sentido, será preciso tocar na problemática do fundamento. Heidegger (2006, p.74) foi talvez quem levou essa investigação mais a fundo até hoje. Ele afirma que o fundamento faz parte de qualquer metafísica como uma instância insuperável da lógica. Todo esquema lógico possui um absoluto, um legitimador, algo que dê à verdade um sentido e à falsidade outro sentido, ou, em uma lógica paraconsistente, a cada instância um sentido. Esse sentido, para Heidegger, seria a aproximação em relação ao fundamento, i.e.: X só é verdadeiro ou mais verdadeiro porque é mais aproximado do fundamento que Y, que por sua vez é menos verdadeiro, ou mesmo falso. Sendo assim, todo esquema lógico possui um ponto supremo, um ponto teo-lógico, algo divino, legitimador de tudo. Não é preciso retornar às afirmações de Cioran de que a verdade é vista como uma deusa. O ente fundamentante, portanto, é uma causa primeira, o ponto de partida, o centro⁹. Por outro lado, quando a metafísica pensa cada ente como fundamentado, i.e., cada ente como possível por conta do fundamento que está supostamente dado, ela é onto-lógica. Por conta disso, Heidegger vê a forma de pensar que se apoia no fundamento como: onto-teo-lógica.

Porque o ser aparece como fundamento, o ente é o fundamentado; mas o ente supremo é o fundamentante no sentido da primeira causa. Pensa a metafísica o ente no que respeita seu fundamento, comum a cada

⁸ “No one ever tells the truth, the whole truth, and nothing but the truth. Every statement entails a choice of that which we take to be relevant, and this choice is never disinterested. Even scientists who aim in the lab to set aside private preferences, inclinations, and interests are striving for objectivity because that is the way to obtain results that can stand the test of replication and so be utilized in the future. Who knows: maybe they are only hoping to win the Nobel Prize, which is certainly a private interest”.

⁹ Por isso é que a pós-modernidade busca a fuga do centro, o descentramento, que é o que será visto com Vattimo mais adiante.

ente enquanto tal, ela é lógica como onto-lógica. Pensa a metafísica o ente enquanto tal no todo, quer dizer, no que respeita o supremo, (que é o) ente que a tudo fundamenta, ela é lógica como teo-lógica (HEIDEGGER, 2006, p.74).

Por sua vez, Vattimo percebe justamente que aquilo que recebe o nome ‘verdade’ está condicionado a uma história (Cf.: Vattimo, 1992), i.e., à forma como, dado um tempo histórico, contou-se determinado assunto. “O sujeito só afirma sua centralidade na história do pensamento mascarando-se nos semblantes “imaginários” do fundamento [...]” (VATTIMO, 1996, p. 19). Esse sujeito de que fala Vattimo é constituído e reconstituído, a cada iteração do discurso metafísico. É quem enuncia ‘isto é verdade’. O enunciante só existe dentro das premissas do discurso a que remonta cada proposição por ele/ela formulada. Pode-se notar ainda os dizeres de Vattimo (1996, p.19): “Em outras palavras, ainda: o homem só mantém a posição de “centro” da realidade, a que alude a concepção corrente de humanismo, por força de uma referência a um *Grund* (fundamento) que lhe garante esse papel”.

Essa violência do discurso fundamentalista (atrelado ao fundamento) das proposições metafísicas por vezes ultrapassa o discurso e é marcada na carne do outro. É o que ocorre com o humanismo, que sem o *Grund* se desconfigura de tal forma, abrangendo outras espécies e questões contemporâneas que desemboca no pensamento pós-moderno. A dissolução do fundamento é a mera tentativa de ‘tirar as coisas das caixinhas’, e este artigo segue justamente o intuito de desestabelecer premissas acerca das teorias da comunicação por esse caminho.

Informação, confiabilidade e meios de comunicação: o negativo é o inexistente

Redes de comunicação, contextualização e laços criados por meio da comunicação são alguns dos pontos-chave para desenvolver uma busca pela interligação entre informação e ‘verdade’. Só dentro de uma definição de categorizações e conceitos fixos para cada um desses termos é que se torna possível delimitar com grossas fronteiras a separação entre o que é e o que não é, o que faz parte do real, do verificável e imutável.

Pensando em tal sentido, a questão proposta é: seria possível refletir sobre o contexto comunicativo criando bases separatistas e que propõem um pensamento

ilusoriamente simplista? É possível argumentar que não, afinal a comunicação é compreendida como uma ação social conectada infinitamente a contextos, mudanças e intercâmbios entre indivíduos que vivem em constante troca de pensamentos. Assim, declarar em claras linhas proposições que estabelecem definições que cerceiam as possibilidades de compreender situações sociais não compreende uma argumentação suficiente frente às demandas de um discurso que busque se distanciar do fundamentalismo que busca a essencialidade.

Sendo o destaque e a reflexão sobre os sistemas de comunicação algo relevante para a compreensão do contexto social, é válido compreender que as discussões sobre a preocupação com a produção e intercâmbio de informações não é algo inovador. De acordo com Thompson (2011, p. 35), desde as formas mais simples de comunicação até os aspectos mais atuais como tecnologia computacional, armazenamento e compartilhamento de informação têm sido questões centrais da vida social. A situação que está marcada pela diferença é a forma com que a sociedade tem se modificado e estabelecido novos modos de convivência.

Transformações recorrentes desde o segundo milênio da Era Cristã desenvolveram novos sentidos sociais, tecnológicos, econômicos e culturais e originaram uma sociedade estabelecida como a sociedade em rede (CASTELLS, 2017, p. 11). Situada nesse contexto de mudanças, a comunicação midiática se desenvolveu, modificou sua base de produção e de conversação simbólica de modo que o compartilhar significações passou a ser mais destacado em uma via de mão dupla: o produtor e o receptor da informação não são considerados passivos, ambos convivem com o contexto simbólico de forma ativa. É justamente nesse contexto em que as considerações de Thompson (2011, p. 36) sobre a necessidade de desenvolver um pensamento que interligue a produção da informação mediada ao contexto situado se tornam o diferencial ao analisar conceitos estabelecidos e considerados imutáveis, como as questões da Verdade fixa que acabam por serem tradicionalmente divulgadas por meio dos meios de comunicação e da sociedade como algo unilateral e concreto.

Realizar a separação entre o que “é” para analisar sua veracidade pode ser um dos eixos complexos que perpetua uma lógica do saber positivista. Sfez (1994, p. 49) busca questionar justamente a suposta delimitação que separa o fato do indivíduo e a

maneira como tal ação gera uma ilusão que permite crer na existência de um mundo definido em caixas separadas.

[...] estamos *no* mundo, somos parte integrante do sistema que nos faz, assim como nós o fazemos. Se assim é, devemos renunciar a propor objetos distintos, diante de nós, com a pretensão de poder compreendê-los, explica-los, penetrá-los. Devemos sobretudo perguntar-nos como alimentamos a ilusão de vê-los como objetos e, paralelamente, interrogar-nos sobre a maneira pela qual os produzimos, já que somos parte deles. Em outras palavras, o ambiente, ao qual atribuímos a propriedade exclusiva de estar fora de nós, está, de fato, no interior. Estas máquinas, essas teorias, essas comunicações, esses “Outros”, somos nós que os sustentamos, fazem parte de nós. (SFEZ, 1994, p. 49).

Ora, se a comunicação não é algo alheio ao contexto e a mim, por que transformar também a verdade em algo externamente isolado? Thompson (1998, p. 229) esclarece que uma das consequências da contextualização das formas simbólicas é o estar sujeito a complexos processos de valoração, avaliação e conflito. Nesse sentido, a verdade e a informação como formas simbólicas contextualizadas devem ser constantemente questionadas, revisadas e passíveis de modificação. Criar definições fixas seria uma forma de gerar uma descontextualização e um posicionamento em um universo imaginariamente excluído do todo social. Refletir sobre o posicionamento de Castells (2017, p. 11) ao buscar a compreensão dos contextos na sociedade de redes é também compreender as formas com que os laços sociais entre sociedade e informação foram modificados.

Por meio da tecnologia digital o jornalismo foi transformado em níveis múltiplos, suas consequências para a democracia não se demonstram como algo superficial, mas sim como uma questão com diversas bases profundas (PAVLIK, 2011, p. 94). Assim, os modos que interligam a sociedade aos meios de comunicação também foram reestruturados: pensar hoje sobre confiabilidade já não é mais o mesmo que discutir sobre esse termo antes do surgimento das novas mídias.

Costumeiramente, discutir sobre o relacionamento existente no processo comunicacional da informação é abrir debate sobre os efeitos da mídia na sociedade – geralmente observado como ‘negativo’-, estabelecer diferenciação entre um agente passivo e outro ativo. Coleman *et al.* (2012, p. 38) propõem revisões sobre a forma de se compreender a confiança entre mídia e sociedade, ao invés de estabelecer bases

imutáveis nas questões diretas sobre a população confiar ou não na informação midiática, questões contextualizadoras como ‘o que são as notícias’, ‘como as notícias midiáticas deveriam ser’, ‘o que é significativo e relevante’, ‘como as pessoas compreendem algo como confiável’ são inseridas para compreender melhor a forma com que a informação é inserida no consciente popular.

É por meio de alternativas contextuais como as acima citadas que desenvolver pensamentos alternativos aos estruturados ao longo do tempo se torna possível. Afinal, de nada adianta permanecer com os mesmos conceitos aclamados por décadas sendo que muitas vezes já não cabem sem uma reinterpretação. Williams (2012, p. 118) explicita a necessidade da confiança entre os agentes sociais, uma vez que é por meio dela que se torna possível desenvolver uma cooperação social e um envolvimento comunitário.

Ao incluir a pessoa no contexto informacional como um agente que se permite sentir e pensar, o jornalismo abandona seu status positivista excludente e permite uma abertura para o des-pensar tanto dos seus próprios agentes quanto daqueles que agora podem ser parte do processo não como invasores exteriores, mas enquanto indivíduos que são permitidos a gerar atividades e pensamentos como parte do conjunto.

Ainda de acordo com Coleman et al. (2012, p. 39-9), “Notícias servem para conectar o presente ao futuro e aqueles encarregados de fazer essa conexão têm o dever de levar o público consigo”¹⁰, i.e., estar envolvido ao contexto informacional estabelece uma dependência mútua, um dever de pensar no Outro uma vez que a visão de mundo dos envolvidos gera uma influência nas relações do agora e do depois. É em tal sentido que definir a ‘verdade’ como uma visão geral de mundo desestabelece a possibilidade de alteridade. Aqueles que permanecem na margem gerada pelo verdadeiro jamais serão incluídos no contexto que permite pensar o Outro, afinal são os *negativos*, os excluídos da história e os *inexistentes* do processo informacional.

¹⁰“News serves to connect the present to the future and those entrusted with making that connection have a duty to carry the public with them.”

Verdade jornalística: des-aproximações dos Direitos Humanos

Conforme o Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), todos os indivíduos podem fazer uso dos direitos e liberdades presentes na declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra situação (1948, p. 2). Uma vez que a DUDH exige que *todos* os indivíduos possam exercer seu direito, ou seja, *todos* tenham direito à história e representação, como é possível estabelecer uma ligação à verdade jornalística tradicional que compreende uma única realidade verídica? Ao lembrar a lógica binária é necessário reiterar que *x* é *verdadeiro* e *y* é *falso*,¹¹ de modo que *y* sempre será excluído com todo seu contexto não visualizado pelo consciente jornalístico e social. Para exemplificar tal situação pode-se observar brevemente o seguinte caso: Otre (2014, p. 2) discute em seu texto a forma com que a relação entre população sul-mato-grossense não-indígena e a população indígena pode ser representada na mídia do estado de Mato Grosso do Sul.

De forma a discutir essa relação que se reflete na imprensa do Estado, ilustraremos um caso ocorrido em 2011, com repercussão nacional e internacional, que foi a invasão por pistoleiros do acampamento Tekoha Guaiviry, em Amambai, o que culminou, conforme a denúncia por parte dos indígenas, com o assassinato de seu líder, Nísio Gomes. Curiosamente, a mídia local/regional optou, majoritariamente, pelo silenciamento ou pela exploração político-partidária do tema, ao invés de aproveitar o momento para discutir a questão de maneira aprofundada (OTRE, 2014, p. 2).

É nesse contexto em que, além de questionar o Artigo 2º, também cabe questionar o Artigo 19º em que a DUDH apresenta que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão, de receber e difundir informações (1948, p. 5). São os indígenas possuidores dos direitos assim como a população não indígena ou se encaixam na margem da verdade branca? Ao aceitar a visão da imprensa como

¹¹Isso, claro, se considerarmos (dado tudo que já foi apresentado aqui) que as relações discursivas se constituem, no cotidiano, na base da disjunção exclusiva. A sociologia, a filosofia, o jornalismo de ordem lógica clássica constituem-se sob a égide dessa figura. As outras figuras da lógica bipolar também são prejudiciais a uma compreensão de mundo que se queira minimamente suficiente, porque mesmo a conjunção ou a disjunção exclusiva trabalham ainda com dois termos, o que é automaticamente excludente em relação a qualquer transbordamento de conceito (princípio do terceiro excluído), tratando todas as demais possibilidades como margens, como ‘suplementos’, que é a lógica do suplemento de que falam Derrida e os desconstrucionistas.

verdadeira e reflexo da sociedade, populações são desconsideradas simplesmente por ainda serem focos de preconceitos e discriminações. São essas histórias as desconsideradas e classificadas por meio da linguagem como desnecessárias, marginalizadas e muitas vezes agressivas. Sartori (2006, p.230) questiona justamente as afirmações sobre os meios de comunicação (MC) serem considerados um espelho da realidade, uma vez que os MC e a imprensa em geral compartilham notícias que não são obrigatoriamente representações dessa *única e suposta* realidade.

Abril (1997) *apud* Sartori (2006, p. 230) afirma que essa construção da realidade é uma reprodução de uma ordem estabelecida que favorece um setor dominante da sociedade e que está sempre provando novos experimentos para não perder seu poder autoritário, ou seja, é uma verdade que beneficia aquele que está no poder e faz permanecer o Outro à margem. Nesse mesmo sentido, Brandle (2018, p. 168) questiona a liberdade de imprensa ao refletir se essa liberdade está sendo usada simplesmente para seguir o que os governos desejam ao invés de permitir que os meios de comunicação realizem suas próprias e independentes decisões.

Sendo o jornalismo responsável por trazer uma mudança social em conjunto ao cidadão ativo por meio do direito à informação prevista na DUDH, ainda mais responsável ao buscar a aplicação dos direitos humanos, ambos com necessidade de compreensão sobre a sociedade em que estão inseridos, o reconhecimento de que não existe uma fórmula única para informar sobre uma sociedade de forma generalizada é um dos pontos para se desprender da verdade unilateral (DOWNMAN; UBAYASIRI, 2017, p. 20). Seria possível, por meio da simples instrumentalização do jornalismo e da banalização do cidadão, retirar a DUDH do imaginário e da teoria? Enquanto a sociedade permite o ciclo repetitivo durante o passar dos anos, populações são dizimadas, ditaduras invisíveis são constituídas e a crença na passividade de uma massa perpetua a escravidão ideológica e o abandono de qualquer direito que retire o poder daqueles que ganham com a marginalização.

Downman; Ubayasiri (2017, p. 20-1), enfatizam que a busca por esse jornalismo que gera uma mudança social é uma experiência extremamente focada em pessoas por pessoas e que, quando isso é aplicado com sucesso, passa a existir uma capacidade de produzir histórias com impactos profundos e responsáveis. Por meio do repensar o jornalismo com os direitos sociais básicos sem as estruturas de marginalização

metafísica, o contexto social é agregado ao consciente de alteridade e promove uma coesão social contrária à solidariedade orgânica de Durkheim (2010), uma vez que pensa o Outro pelo Outro e não por uma obrigação superficial de coexistência. É ao destacar a necessidade de desenvolver pensamentos responsáveis que a informação passa a permitir a formação de uma sociedade consciente de seus direitos e deveres, que propõe não uma fórmula geral e verdadeira, mas que busca compreender os contextos completamente diferentes a cada momento.

Quando se trata de qualquer tipo de relatório, é fundamental reconhecer que uma abordagem de "tamanho único" nunca deve ser usada. No entanto, dentro da esfera dos direitos humanos, é ainda mais importante não cair na armadilha de adotar essa abordagem. Existem, no entanto, algumas fundações exclusivas ligadas ao relato de direitos humanos que são importantes. Os relatórios de direitos humanos fornecem uma plataforma e uma estrutura para reimaginar o jornalismo. Essa releitura não se refere apenas ao modo como as histórias são escritas e produzidas, mas, mais fundamentalmente, remete a quem é o jornalista, sua motivação em criar jornalismo e a maneira como reúnem e coletam informações que formam a base de seu jornalismo. ¹²(DOWNMAN e UBAYASIRI, 2017, p. 20).

Jornalismo, informação e responsabilidade social precisam ser reimaginados da mesma forma com que as novas tecnologias têm sido inseridas no contexto comunicativo. De nada adianta um forte investimento na técnica e a readaptação dos meios tradicionais para que não haja a inexistência do lucro se a população sem nenhuma formação jornalística tem o mesmo poder de publicação e segue o mesmo sentido de não pensar a informação de forma ética. O que diferencia e demonstra a necessidade de um jornalismo presente é justamente a forma com que ele compreende a necessidade de desenvolver um trabalho social baseado na alteridade e na profundidade das publicações, i.e., a capacidade de criar um espaço social no qual os atores compreendam a noção plural de responsabilidade. Para perpetuar o desejo do capital e transmitir informações desconexas com qualquer contexto é necessário apenas um

¹² “When it comes to any kind of reporting it is critical to recognize that a ‘one size fits all’ approach should never be used. However, within the sphere of human rights reporting it’s even more important not to fall into the trap of adopting this approach. There are, though, some unique foundations attached to human rights reporting that are important. Human rights reporting provides a platform and a framework to reimagine journalism. This reimagining not only relates to the way stories are written and produced but, more fundamentally, it goes back to who the journalist is, their motivation in creating journalism and the way they gather and collect information that forms the basis of their journalism.”

conjunto de máquinas que repliquem conteúdos selecionados, não um conjunto de pessoas que deveriam usar o conhecimento.

Considerações finais

Enquanto polarizações tomam conta das reflexões sobre economia, política e diversos fenômenos sociais nos atuais contextos de diversos países, as questões que envolvem o senso básico de respeito e preocupação com o Outro deixam de existir. Aparentemente, é mais necessário concentrar os esforços em manter os imigrantes para o lado exterior das fronteiras do que desenvolver programas que compreendam suas situações e necessidades como pessoas e não como invasores.

Justamente por tais questões se faz necessário continuar contestando as temáticas inicialmente levantadas no presente artigo e inúmeras outras que envolvem o pensar na alteridade, ao voltar a pensar sobre conceitos enraizados e aparentemente sem necessidade de discussões, marginalizações são percebidas para as quais há possíveis soluções a desenvolver. Sendo o jornalismo uma das formas mais intensas de distribuição de informações e construção de realidades não seria ético o deixar fora da discussão sobre responsabilidade social.

Por meio do des-pensar as teorias e práticas, a inserção dos fenômenos em seus contextos passa a considerar os indivíduos não como coisas, mas como pessoas sem rótulos que as separam do ‘normal’. Mais do que seguir propondo conceitos dentro das normas dos jogos dispostos pelas heranças de modo a deixar a mosca presa na garrafa, como diria Wittgenstein, cabe ao pensamento contemporâneo uma desvinculação de pressupostos que levem sempre a construtos semelhantemente intencionados à hierarquia. É preciso questionar o estatuto teológico da verdade, repensar a *adequatio* enquanto essencialismo excludente e dogmático, afastar-se dos manuais sempre cheios de verdades e ir atrás das obras daqueles que questionam tudo sem temer; não se trata de dúvida metódica ou de ceticismo, mas, antes de mais nada, de não temer fazer a crítica. Só nesse sentido é que se pode repensar os Direitos Humanos, os processos comunicativos ou as teorias filosóficas.

Seria ilusório crer que 1948 ficou para trás e a Declaração Universal dos Direitos Humanos já não é mais necessária. Exemplos cada vez mais extremos demonstram que,

ao invés de a abandonar, é importante realizar reinterpretações contextualizadas e buscar desenvolver críticas para que não ocorra uma prática apenas do imaginário social. É por meio da crítica, da reflexão e de reinterpretações que mudanças passam a ser possíveis e bases com profundidade são dispostas para e pela sociedade.

Um jornalismo técnico, excludente e que imagina uma sociedade como massa não é mais necessário em uma época em que as novas tecnologias conseguem desenvolver atos extremamente mais rápidos, complexos e apurados. Compreender essa situação é permitir-se repensar e desestruturar pensamentos e práticas que não proporcionam nenhum efeito de desenvolvimento social, é levar em conta as pessoas como agentes ativos e que também possibilitam mudanças. Apenas ao buscar a saída de lógicas excludentes como a metafísica é que a retirada da marginalização e exclusão do diferente, do negativo e do preferencialmente inexistente é possível.

Referências

ALMEIDA, António Rodrigues de (Org.). **Dicionário de latim-português**. 4. ed. Porto: Porto Editora, 2012. 700p.

BRANDLE, Shawna M. Media coverage of human rights in the USA and UK: the violations still will not be televised (or published). In: **Human Rights Review**. V. 19, n.2. 2018. P. 167-191. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12142-018-0495-5>>. Acesso em: 30 de set. 2018

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CIORAN, Emil M. **Breviário de decomposição**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

COLEMAN, Stephen; MORRISON, David E.; ANTHONY, Scott. A Constructivist Study of Trust in the News. In: **JournalismStudies**. V. 13, n.1. 2012. P. 37-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2011.592353>>. Acesso em: 30 de set. 2018.

DOWNMAN, Scott; UBAYASIRI, Kasun. **Journalism for social change in Asia - Reporting Human Rights**. E-book. Londres: PalgraveMacmillan UK, 2017. 219p.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto, a filosofia?** identidade e diferença. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAIA, Antonio Glaudenir Brasil. A problemática da ética na filosofia pós-moderna de Gianni Vattimo. In: **Kairós – Revista Acadêmica da Prainha**. ano 1, v.1. 2008. jan/jun. Disponível em: <<http://www.catolicadefortaleza.edu.br/wpcontent/uploads/2013/1>

2/12.Antonio-Glaudenir-A-PROBLEMA%38TICA-DA%39TICA-NA-FILOSOFIA-formatado-e-corrigido-ok.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2017.

MOHR, Noam. *Average and total numbers of animals who died to feed americans in 2008*, 2009. Disponível em: <<http://www.upc-online.org/slaughter/2008americans.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

OTRE, Maria Alice Campagnoli; Representação Midiática, Identidade Indígena e o Jornalismo no Mato Grosso do Sul. In: **Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP**. V. 1, n.1. 2014. Disponível em: <http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/3TrBTineVbRw7Us_2014-6-30-9-52-40.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2018.

PAVLIK, John V. A tecnologia digital e o jornalismo: as implicações para a Democracia. In: *Brazilian Journalism Research*. Brasília, v.7. n.11. p.94-118, 2011. Disponível em: < <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/340/314>>. Acesso em: 30 de set. 2018

SARTORI, Rodrigo Browne. Comunicación intercultural y Periodismo de actualidad. (In)disciplinas e (in)definiciones para una deconstrucción crítica de los medios. Comunicación. In: **Revista Internacional de Comunicación Audiovisual, Publicidad y Literatura**. V. 1, n.4. 2006. jan/dez. Disponível em: < http://www.revistacomunicacion.org/pdf/n4/articulos/comunicacion_intercultural_y_periodismo_de_actualidad_indisciplinas_e_indefiniciones_para_una_deconstruccion_critica_de_los_medios.pdf >. Acesso em: 30 de set. 2018.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** - Uma teoria social da mídia. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideología y cultura moderna** - Teoría Crítica social en la era de la comunicación de masas. 2. ed. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

VATTIMO, Gianni. **A farewell to truth**. New York: Columbia University Press, 2011.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992. 82p.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WILLIAMS, Ann E. Trust or bust?: questioning the relationship between media trust and news attention. In: **Journal of Broadcasting & Electronic Media**. V. 56, n.1. 2012. P. 116-131. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/08838151.2011.651186> >. Acesso em: 30 de set. 2018.